

Escolaridade



Riqueza



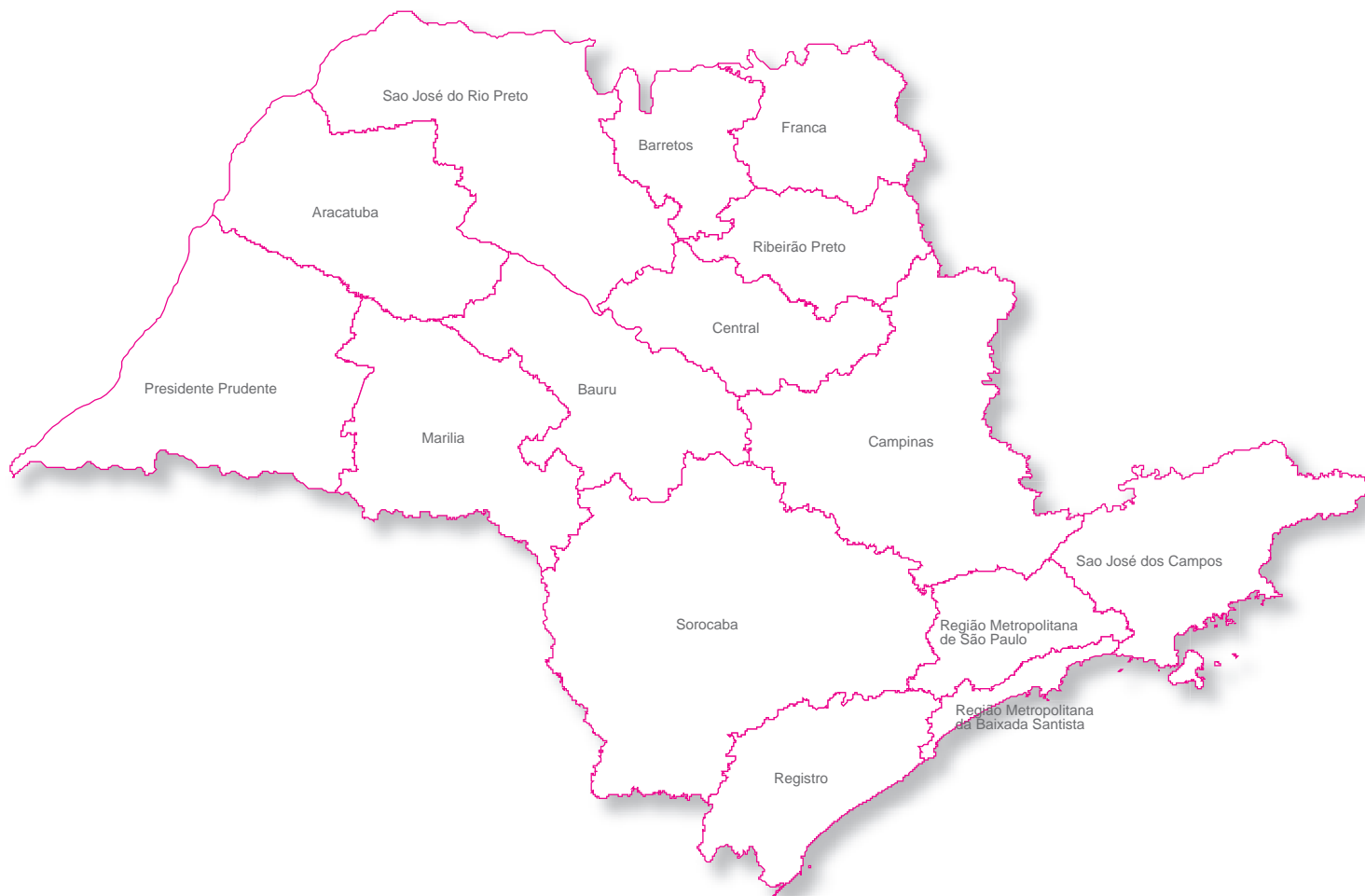
Longevidade



O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 2006-2008

Índice Paulista de Responsabilidade Social

*Síntese das
Regiões Administrativas*



O ESTADO DOS MUNICÍPIOS 2006-2008
Índice Paulista de Responsabilidade Social



Governador do Estado

Alberto Goldman

Secretário de Economia e Planejamento

Francisco Vidal Luna

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Diretora Executiva

Felícia Reicher Madeira

Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro

Marcos Martins Paulino

Diretor Adjunto de Análise e Disseminação de Informações

Sinésio Pires Ferreira

Diretora Adjunta de Metodologia e Produção de Dados

Marise Borem Pimenta Hoffmann

Chefia de Gabinete

Ana Celeste de Alvarenga Cruz

Conselho de Curadores

Francisco Vidal Luna (Presidente)

Carlos Antonio Gamero

Geraldo Biasoto Junior

Haroldo da Gama Torres

José Paulo Zeetano Chahad

Márcio Percival Alves Pinto

Michael Paul Zeitlin

Saulo Pereira Vieira

Sérgio Besserman Vianna

Tania Di Giacomo do Lago

Conselho Fiscal

Berenice de Oliveira

Gustavo Ogawa

Inês Paz de Oliveira

SP 2010

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que a Fundação Seade participa da divulgação da sexta edição do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e o Instituto do Legislativo Paulista (ILP).

O Índice Paulista de Responsabilidade Social nasceu por iniciativa da Alesp, com o objetivo de sinalizar aos gestores públicos, especialmente das administrações municipais, a importância de sua responsabilidade com a população, visando, notadamente, o aprimoramento do seu conhecimento e a busca por uma vida mais saudável. Coube à Fundação Seade elaborar essa ferramenta, com base nas melhores práticas e metodologias conhecidas, adequando-as aos objetivos do IPRS.

Os resultados ora apresentados mostram o sucesso dessa iniciativa e o bom desempenho do conjunto de indicadores que compõem o IPRS. O comportamento positivo desses índices ao longo dos anos, para a maioria dos municípios paulistas, reflete, em última instância, a qualidade das políticas públicas implementadas por suas prefeituras.

Decerto há muito que avançar, e a própria construção do IPRS leva, a cada edição, os gestores municipais a se defrontarem com desafios ainda maiores para avançar na trajetória do desenvolvimento humano. Entretanto, a distância já percorrida desde a primeira edição do IPRS mostra que estamos no bom caminho. Preservar os avanços já conquistados e superar os novos desafios é a tarefa de todos.

Felícia Reicher Madeira
Diretora Executiva da Fundação Seade

ÍNDICE

O Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, 11
RM de São Paulo, 23
RM da Baixada Santista, 33
RA de Registro, 41
RA de São José dos Campos, 49
RA de Sorocaba, 57
RA de Campinas, 65
RA de Barretos, 75
RA de Franca, 83
RA de Ribeirão Preto, 91
RA de Bauru, 99
RA Central, 107
RA de Marília, 115
RA de São José do Rio Preto, 123
RA de Araçatuba, 131
RA de Presidente Prudente, 139

O ÍNDICE PAULISTA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IPRS

O IPRS acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Esse modelo pressupõe que a renda *per capita* é insuficiente como único indicador das condições de vida de uma população e propõe a inclusão de outras dimensões necessárias a sua mensuração. Assim, além da renda *per capita*, o IDH incorpora a longevidade e a escolaridade, adicionando as condições de saúde e de educação das populações e gerando um indicador mais abrangente de suas condições de vida.¹

Assentadas nesse paradigma, a Fundação Seade e a Alesp procuraram construir, para o Estado de São Paulo, um indicador que preservasse as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade –, mas com certas especificidades. A primeira, e mais importante, consistiu na elaboração de uma tipologia de municípios que permitisse identificar, simultaneamente, o padrão de desenvolvimento de determinado município nas três dimensões consideradas: renda, escolaridade e longevidade. Esse tipo de indicador, apesar de não ser passível de ordenação, permite maior detalhamento das condições de vida existentes no município, fundamental para o desenho de políticas públicas específicas para áreas com diferentes níveis e padrões de desenvolvimento.²

Em segundo lugar, incluíram-se, na medida do possível, variáveis capazes de apreender mudanças nas condições de vida do município em períodos mais curtos que os dez anos que separam os censos demográficos, fonte específica de informações do IDH municipal. E, em terceiro, foram adotados como base de informações, prioritariamente, os registros administrativos que satisfizessem as condições de qualidade, periodicidade e cobertura, necessárias à produção de um indicador robusto, passível de atualização nos anos entre os censos demográficos e com a cobertura de todos os municípios do Estado. Assim, apesar de representarem as mesmas dimensões, as variáveis escolhidas para compor o IPRS são distintas daquelas empregadas no cálculo do IDH.

A partir desses parâmetros, compôs-se o IPRS de quatro conjuntos de indicadores: três setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo, nesse caso, o ordenamento dos 645

municípios do Estado de São Paulo segundo cada uma dessas dimensões –; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, resumindo a situação municipal segundo os três eixos considerados.

Em cada uma das três dimensões do IPRS, foram criados indicadores sintéticos que permitem hierarquizar os municípios paulistas conforme seus níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Esses indicadores são expressos em escala de 0 a 100 e constituem uma combinação linear das variáveis selecionadas para compor cada dimensão. A estrutura de ponderação foi obtida de acordo com um modelo de análise fatorial, em que se estuda a estrutura de interdependência entre diversas variáveis.³

O Quadro 1 sintetiza as variáveis consideradas em cada uma das dimensões do IPRS e a estrutura de ponderação obtida.

Dimensões do IPRS

O indicador de *riqueza municipal* procura captar, ao mesmo tempo, a riqueza do município (por intermédio das variáveis consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços e valor adicionado *per capita*) e a renda familiar de seus moradores (por meio das variáveis consumo de energia elétrica residencial e rendimento médio dos empregados no setor privado com carteira assinada e no setor público). As fontes de informações utilizadas foram os registros administrativos fornecidos pelas Secretarias de Estado dos Negócios da Fazenda e do Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Para a dimensão *longevidade*, optou-se por um indicador fundamentado em quatro tipos de mortalidade, em detrimento da esperança de vida usada no IDH, a qual, a rigor, capta as condições médias da mortalidade de determinada região para todos os grupos de idade. Essa escolha baseou-se no forte componente inercial que um indicador como a esperança de vida carrega, o que o torna incapaz de revelar as particularidades da mortalidade em diferentes regiões e suas variações no curto prazo. Assim, o indicador de *longevidade* do IPRS é expresso pela combinação das seguintes taxas de mortalidade específicas: perinatal, infantil, de pessoas na faixa etária de 15 a 39 anos e daquelas com idade

1. PNUD. *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília, PNUD, 1998.

2. TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; DINI, N.P. Indicadores sociais: porque construir indicadores como o IPRS. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.17, n.3-4, 2003.

3. Fundação SEADE. *Índice Paulista de Responsabilidade Social – metodologia*. São Paulo, Fundação Seade, 2004. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos/iprs/pdf/metodologia.pdf>.

Quadro 1
Síntese das variáveis selecionadas e estrutura de pesos adotada, segundo dimensões do IPRS

Dimensões	Componentes	Contribuição para o indicador sintético
Riqueza municipal	Consumo residencial de energia elétrica	44%
	Consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços	23%
	Remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público	19%
	Valor adicionado fiscal <i>per capita</i>	14%
Longevidade	Mortalidade perinatal	30%
	Mortalidade infantil	30%
	Mortalidade de adultos de 15 a 39 anos	20%
	Mortalidade de adultos de 60 anos e mais	20%
Escolaridade	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental	36%
	Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade	8%
	Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio	36%
	Porcentagem de crianças de 5 e 6 anos que frequentam a pré-escola	20%

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

igual ou maior que 60 anos. A ênfase nessas variáveis deveu-se às especificidades do Estado, com crescente mortalidade de adultos e significativos problemas de óbitos perinatais. A fonte de informação adotada é o Registro Civil, cujos dados são organizados e disponibilizados pela própria Fundação Seade. Utilizaram-se ainda as projeções populacionais para faixas etárias específicas, usadas como denominador daquelas taxas, produzidas também pela Fundação Seade.

Na construção do indicador de *escolaridade*, enfatizou-se a situação escolar de crianças, adolescentes e jovens. As razões para isso foram, em primeiro lugar, o fato de que o nível de escolaridade dos jovens e adolescentes reflete, com maior precisão, a situação geral do sistema de ensino nos últimos anos e, em segundo lugar, porque os jovens comporão a força de trabalho no futuro. Assim, os locais com menor escolaridade nesses segmentos populacionais tendem e tenderão a exibir, em geral, mais problemas para a futura inserção desses indivíduos no mercado do trabalho, que tem se mostrado crescentemente seletivo em termos de escolaridade. Nesse sentido, o indicador combina o nível de escolaridade dos adolescentes e jovens (por

meio das variáveis porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental e proporção de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo), a frequência à educação infantil (porcentagem de crianças de 5 e 6 anos que frequentam a pré-escola) e a questão do analfabetismo funcional (proporção de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade). As fontes de dados utilizadas foram o Censo Demográfico e o Censo Escolar, este realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep, do Ministério da Educação – MEC.

Além de sintetizarem a situação de cada município no que diz respeito a essas três dimensões – riqueza, escolaridade e longevidade –, a combinação de tais indicadores gerou uma tipologia que classifica os 645 municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos com características similares de riqueza municipal, longevidade e escolaridade. Essa tipologia permite identificar a situação de cada um dos municípios paulistas nas três dimensões consideradas. A construção dos cinco grupos baseou-se em técnicas de estatística multivariada que, a partir da identificação de cinco grupos de municípios com padrões similares em termos de

condições de vida, permitiu sua definição operacional. Para tanto, os três indicadores sintéticos setoriais foram transformados em escalas discretas, formadas pelas categorias baixa, média e alta (no caso do indicador de riqueza municipal definiram-se apenas as categorias baixa e alta), a partir das quais foram constituídos os cinco grupos de municípios. O Quadro 2 apresenta os critérios de formação de cada um desses grupos, que compõem a tipologia de municípios do IPRS.

Quadro 2
Critérios adotados para a formação dos grupos de municípios

Grupos	Categorias
Grupo 1	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 3	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

O caráter relativo do IPRS

O IPRS, diferentemente de indicadores baseados em critérios normativos, é um indicador relativo, isto é, seus parâmetros norteadores são definidos a partir dos próprios dados que lhe dão origem. Em outras palavras, as categorias – *baixa*, *média* e *alta* – que caracterizam os grupos de municípios são estabelecidas segundo a realidade dos 645 municípios, no ano em análise. Por exemplo, para um município ser classificado como de *alta escolaridade*, em 2004, a configuração dos componentes do indicador sintético de escolaridade minimamente desejável era representada pelo escore 58. Assim, todos os municípios que obtivessem, no mínimo, esse escore seriam considerados de *alta escolaridade*. Já em 2006, a distribuição dos municípios mostrou que, para serem considerados de *alta escolaridade*, teriam que atingir o escore 68, e não mais 58. Esse novo valor indica que o cenário considerado bom em 2004 já havia sido superado por muitas localidades, em 2006, e as que se destacam em escolaridade já se distanciaram, em muito, dos níveis anteriores.

Caso a situação não tivesse se alterado substancialmente no período considerado, os pontos de corte permaneceriam praticamente os mesmos. Da mesma forma, uma eventual deterioração da situação dos 645 municípios reduziria os pontos de corte. Isso ocorreu com o indicador de riqueza municipal no período 2000-2002, devido aos efeitos do racionamento de energia elétrica ocorrido em 2001, pois os níveis de consumo, em 2002, ainda se encontravam abaixo dos registrados em 2000. Assim, praticamente todos os municípios apresentaram redução no indicador sintético, gerando uma alteração negativa no ponto de corte, que passou de 50 para 41.

Parâmetros para a classificação dos municípios, por dimensões do IPRS, segundo categorias

Estado de São Paulo
2000–2008

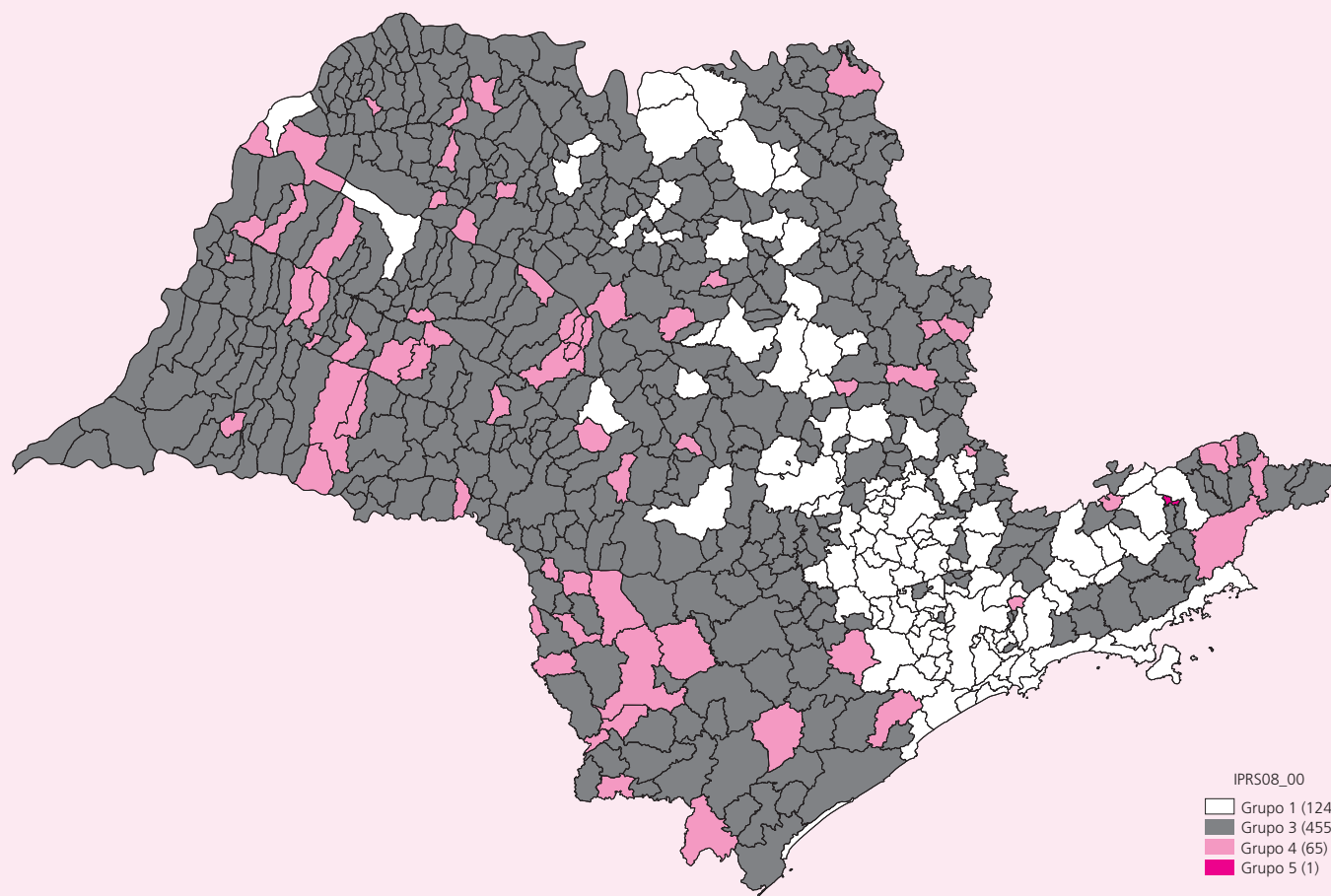
Categorias	Ano	Dimensões do IPRS		
		Riqueza municipal	Longevidade	Escolaridade
Baixa	2000	Até 49	Até 64	Até 40
	2002	Até 40	Até 66	Até 50
	2004	Até 42	Até 68	Até 53
	2006	Até 45	Até 70	Até 64
	2008	Até 48	Até 71	Até 67
Média	2000	-	65 a 71	41 a 46
	2002	-	67 a 72	51 a 55
	2004	-	69 a 72	54 a 57
	2006	-	71 a 73	65 a 67
	2008	-	72 a 73	68 a 70
Alta	2000	50 e mais	72 e mais	47 e mais
	2002	41 e mais	73 e mais	56 e mais
	2004	43 e mais	73 e mais	58 e mais
	2006	46 e mais	74 e mais	68 e mais
	2008	49 e mais	74 e mais	71 e mais

Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Caso os critérios de corte não tivessem se alterado desde 2000, por exemplo, hoje praticamente todos os municípios paulistas estariam classificados nos Grupos 1, 2 ou 3, conforme mostra o mapa, o que implicaria grupos extremamente heterogêneos, perdendo o IPRS a capacidade de identificar novos avanços, especialmente nos municípios mais bem posicionados nessa classificação.

Em contrapartida, o caráter relativo dos grupos torna a análise de sua evolução temporal um pouco mais complexa. Assim, um município pode ter avançado nas três dimensões do IPRS, mas, se esse avanço foi menos intenso do que a média dos demais municípios, ele pode manter-se no mesmo grupo do indicador em que estava na edição anterior ou até mudar para outro. Desse modo, o IPRS considera em sua construção não somente a situação e a evolução de cada município individualmente, mas também em sua relação com a situação e a evolução de todos os outros.

Distribuição dos municípios, segundo Grupos do IPRS 2008 – padrão 2000 Estado de São Paulo



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Grupos do IPRS 2008

Os grupos obtidos a partir dos critérios detalhados anteriormente estão descritos de forma sintética a seguir.⁴

Grupo 1: reúne municípios com elevado nível de riqueza e bons indicadores sociais; manteve em 2008 a configuração espacial observada nas edições anteriores, ou seja, a maioria localiza-se ao longo dos principais eixos rodoviários do Estado (Vias Anhangüera e Presidente Dutra), que se interceptam no Município de São Paulo. Nesse ano, os 61 municípios que compunham o grupo abrigavam 20 milhões de pessoas, ou aproximadamente 50% da população estadual, tornando-o o maior dos cinco grupos em população. Sete, dos dez maiores municípios paulistas, faziam parte dele (São Paulo, Osasco, Santo André, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto e Santos), além de importantes polos regionais como São José do Rio Preto, Taubaté, Araraquara e Bauru.

Grupo 2: engloba localidades com bons níveis de riqueza, que não se refletem nos indicadores sociais, os quais se situam aquém dos registrados pelos municípios pertencentes ao Grupo 1. Entre 2006 e 2008 aumentou de 78 para 83 o número de municípios classificados nesse grupo. Tal fato foi consequência da relativa estabilidade, no período, do indicador de longevidade nos municípios que o compõem quando comparados com os demais do Estado. Dos 83 municípios desse grupo, 81% situam-se nas áreas metropolitanas do Estado e em seu entorno (Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba), e aproximadamente um quarto localiza-se na Região Metropolitana de São Paulo. Em 2008, essas cidades representavam 28% da população estadual, totalizando mais de 11 milhões de habitantes. Analogamente às edições anteriores, identificam-se, no conjunto desses municípios, três importantes subconjuntos: municípios industriais, como Cubatão, Diadema, Suzano, Sumaré, Mauá, São Bernardo do Campo e Guarulhos, localizados em regiões metropolitanas; municípios que abrigam condomínios de alto padrão, como Cotia e Santana de Parnaíba; e municípios turísticos, tais como Guarujá, São Vicente, São Sebastião, Campos do Jordão e outros. Nesse grupo destaca-se ainda o município de Campinas.

Grupo 3: municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas dimensões escolaridade e longevidade. Este grupo, caracterizado por pequenos e médios municípios, englobava 183 localidades com população de 3,2 milhões de pessoas em

2008, equivalendo à média de 18 mil habitantes por município. Nesse ano, apenas 12 possuíam mais de 50 mil habitantes e somente Franca, Marília, Jaú, Poá e Birigui registravam população superior a 100 mil pessoas. Concentram-se principalmente na região noroeste no Estado, de modo que 76% dos municípios do grupo (139) pertencem às regiões administrativas de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Marília, Araçatuba e Barretos. Praticamente inexistente esse tipo de município nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista.

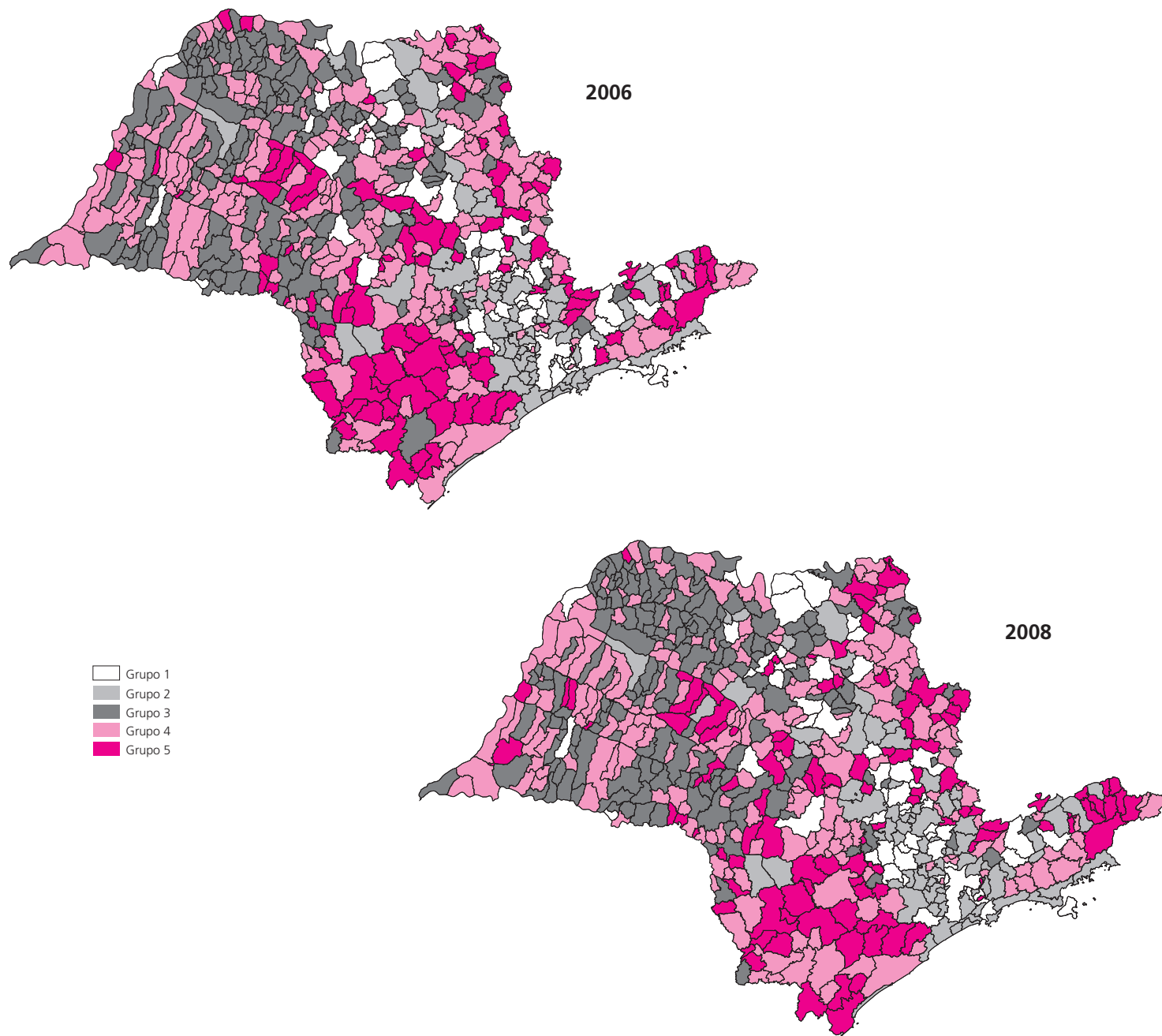
Grupo 4: com 204 municípios e 4,3 milhões de habitantes, em 2008, esse grupo apresenta baixa riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. É composto por vários municípios dispersos em quase todas as regiões do Estado, com destaque para as regiões administrativas de Presidente Prudente, Marília, Araçatuba, São José do Rio Preto e Sorocaba.

Grupo 5: composto por localidades tradicionalmente pobres, com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Este grupo concentra os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais. Em 2008, englobava 114 municípios, com população de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas, situando-se em áreas bem específicas do Estado. As regiões administrativas de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Bauru, Franca e Registro compreendem 93 das localidades classificadas no Grupo 5, ou seja, aproximadamente 82%. Destacam-se positivamente as regiões de Barretos, Central e Santos, sem nenhum município classificado nesse grupo, num total de 19, 26 e 9 cidades, respectivamente.

A heterogeneidade econômica e social existente entre os 645 municípios do Estado de São Paulo, em 2008, manteve-se no mesmo padrão espacial de 2006. Os dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no Município de São Paulo ainda concentram os maiores níveis de riqueza (Grupos 1 e 2). O noroeste paulista, especialmente as regiões de São José do Rio Preto, Barretos e Araçatuba, abriga municípios pequenos e com baixos níveis de riqueza, mas com bons indicadores sociais (Grupo 3). Os do Grupo 5, por sua vez, concentram-se nas tradicionais áreas deprimidas do Estado: Vale do Ribeira e região de Itapeva e na periferia da Região Metropolitana de Campinas. O Grupo 4, apesar de não apresentar um claro padrão espacial – presente em praticamente todas as regiões do interior do Estado –, aparece com maior intensidade na região centro-oeste (Mapa 1).

4. Deve-se salientar que os aspectos mais gerais dessas descrições são válidos para todas as edições do IPRS.

Mapa 1
Municípios paulistas, segundo Grupos do IPRS
2006-2008



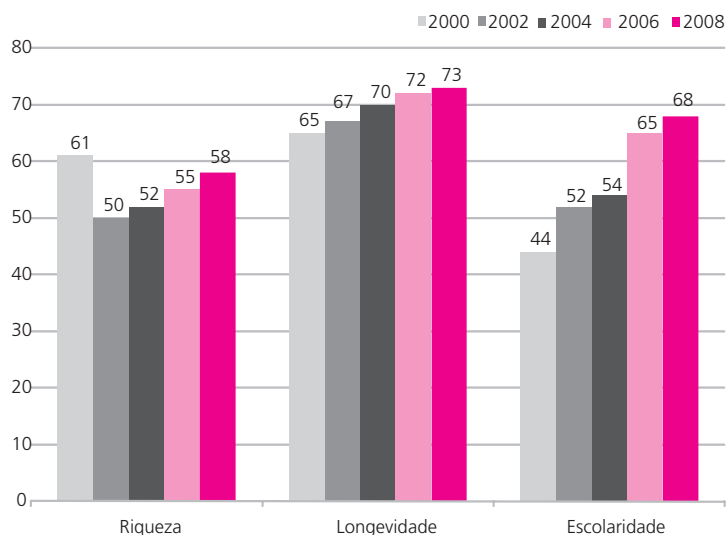
Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

O IPRS no Estado de São Paulo

No período de 2006 a 2008⁵ observou-se, para o conjunto dos municípios do Estado de São Paulo, melhora nas dimensões sociais do IPRS. O indicador de longevidade aumentou um ponto, ao atingir escore igual a 73 em 2008. Esse resultado expressa a redução da mortalidade infantil, que vem ocorrendo de forma contínua no Estado há pelo menos duas décadas, e o decréscimo da mortalidade adulta, nos últimos anos. Em escolaridade, o aumento foi mais acentuado – três pontos – e decorrente principalmente da ampliação da conclusão do ensino fundamental entre os adolescentes de 15 a 17 anos. O indicador de riqueza melhorou três pontos em relação a 2006, passando de 55 para 58.

A análise dos componentes do indicador de riqueza municipal mostrou que, em 2008, todos aumentaram em relação a 2006. Destaca-se o consumo de energia elétrica tanto o relacionado aos setores primário e terciário da economia quanto o residencial, com crescimento de 8% e 6%, respectivamente.

Dimensões do IPRS Estado de São Paulo 2000-2008



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Riqueza

Tomando-se as variáveis que compõem a dimensão riqueza do IPRS,⁶ para o total do Estado de São Paulo, observa-se, no período 2006-2008, o seguinte comportamento:

- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação na agricultura, nos serviços e no comércio aumentou de 17,28 MW para 18,73 MW;
- o consumo anual médio de energia elétrica por ligação residencial registrou aumento, passando de 2,27 MW para 2,41 MW;
- o rendimento médio dos assalariados do setor formal teve um pequeno aumento de R\$ 1.603 para R\$ 1.663;
- o valor adicionado fiscal *per capita* subiu ligeiramente de R\$ 13.961 para R\$ 14.418.

Em 2008, mais de 95% dos municípios registraram aumento no consumo de energia elétrica residencial, que em média elevou-se em 6% em relação a 2006, superando os patamares anteriores ao racionamento de energia ocorrido em 2001. Já o consumo médio de energia elétrica no comércio, na agricultura e nos serviços apresentou crescimento maior, em torno de 8% no período. O rendimento médio do emprego formal cresceu 4% em relação a 2006, ultrapassando os valores auferidos em 2000. O valor adicionado fiscal *per capita* variou positivamente em comparação tanto a 2006 – aproximadamente 3% – quanto a 2000 – cerca de 6%.

Essa combinação de resultados indica aumento contínuo no nível da atividade econômica no Estado após 2002, e pela primeira vez ultrapassando os patamares observados em 2000.

Todas as 15 regiões administrativas – RAs do Estado progrediram no indicador de riqueza municipal, no período de 2006 a 2008. Araçatuba, Barretos, Franca e Ribeirão Preto exibiram o melhor desempenho no período, com acréscimo de 4 pontos no indicador. Em contrapartida, Registro e São José dos Campos foram as regiões que apresentaram menor crescimento (apenas um ponto).

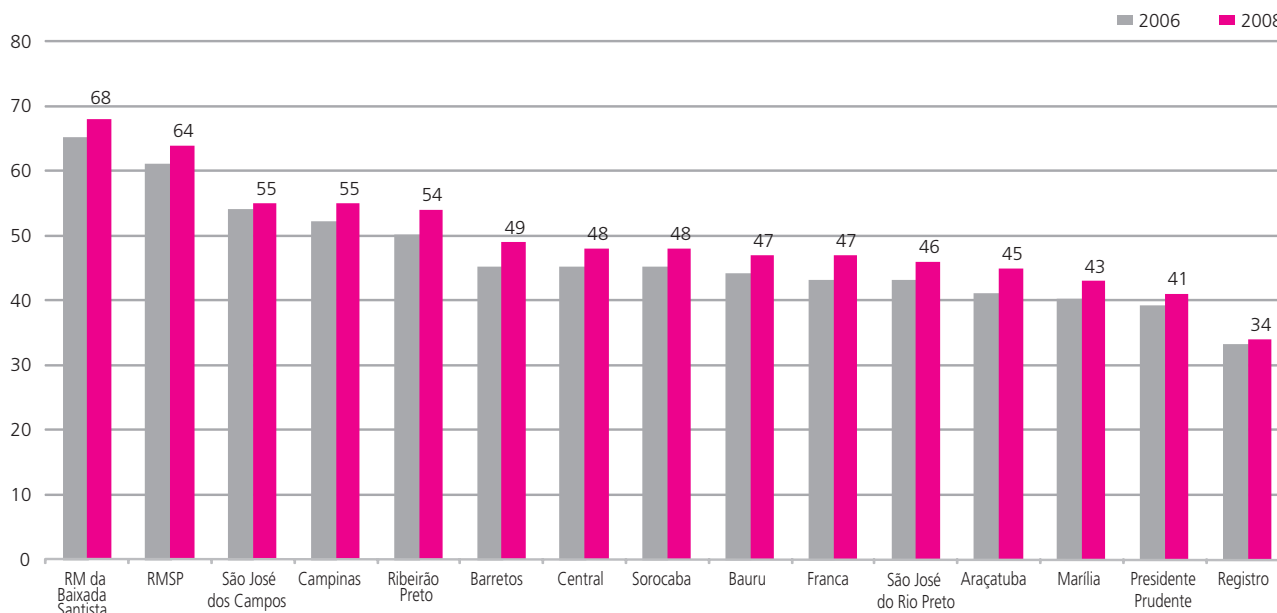
Entre 2006 e 2008, o *ranking* de riqueza permaneceu praticamente inalterado entre as regiões administrativas; a Região Metropolitana da Baixada Santista manteve-se em primeiro lugar, seguida pela Região Metropolitana de São Paulo, RAs de São José dos Campos, Campinas e Ribeirão Preto. A principal mudança foi o ganho de duas posições pela Região Administrativa de Barretos, que passou a ocupar a sexta posição.

5. Os anos mencionados nos gráficos e textos relacionam-se com os anos de referência do IPRS. Para as dimensões riqueza e escolaridade, esses anos coincidem com os de referência das variáveis originais. Na longevidade, para o IPRS – 2006, as taxas de mortalidade correspondem à média do período 2005-2007 e, para o IPRS – 2008, à média do período 2007-2009.

6. As variáveis monetárias estão expressas em reais de 2008. O rendimento médio do setor formal foi inflacionado pelo Índice de Custo de Vida – ICV, do Dieese, e o valor adicionado fiscal *per capita* foi corrigido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas.

Dimensão Riqueza

Regiões Administrativas do Estado de São Paulo 2006-2008



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Longevidade

O Estado de São Paulo apresentou progressos na dimensão longevidade, que podem ser observados pelo comportamento dos componentes dessa dimensão, entre 2006 e 2008:

- a taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu ligeiramente de 13,3 óbitos para 12,7;
- a taxa de mortalidade perinatal (por mil nascidos) variou de 14,2 óbitos para 13,9;
- a taxa de mortalidade de pessoas entre 15 e 39 anos (por mil habitantes) reduziu-se de 1,5 óbito para 1,4;
- a taxa de mortalidade das pessoas de 60 anos ou mais (por mil habitantes) sofreu pequena redução, passando de 37,6 para 36,8 óbitos.

Entre 2006 e 2008, a diminuição relativa da mortalidade infantil foi de 4%, o que levou a uma taxa de 12,7 mortes por mil

nascidos vivos no Estado, em 2008. Em 2007, segundo o Ministério da Saúde, no Brasil a taxa era de 20,0 óbitos, valor equivalente a uma vez e meia a observada no Estado de São Paulo.

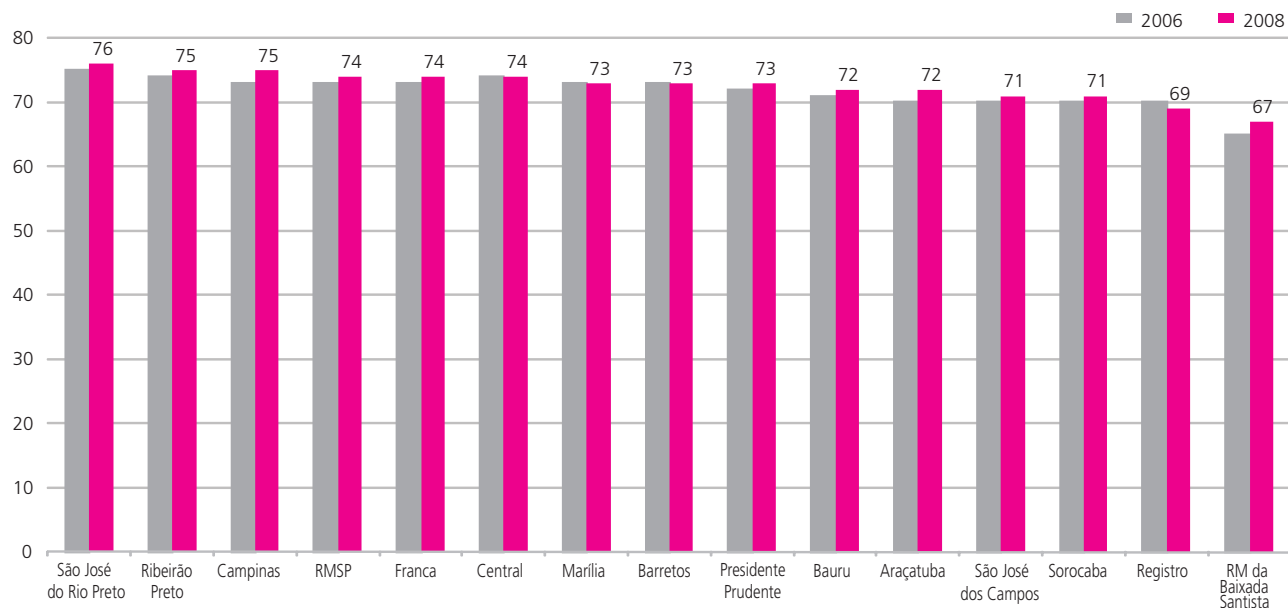
Quando se compara São Paulo com os demais Estados brasileiros, para 2007, apenas Distrito Federal (11,1 óbitos por mil nascidos vivos), Santa Catarina (12,8) e Rio Grande do Sul (12,8) apresentam taxa de mortalidade infantil inferior à paulista (13,5). Entre os Estados da Região Sudeste, o que mais se aproxima de São Paulo é o Espírito Santo (13,9).⁷

Sob a ótica regional, merecem destaque as Regiões Administrativas de Campinas e Araçatuba, com aumento de dois pontos no indicador. Essas regiões avançaram posições no *ranking* de longevidade, com Campinas passando a ocupar a 3ª posição e Araçatuba, a 11ª. A Região Metropolitana de São Paulo, que acrescentou um ponto no indicador, também avançou posições, situando-se em 4º lugar.

7. Para permitir a adequada comparação entre os Estados brasileiros, adotou-se para todos, inclusive São Paulo, a estatística oficial disponível mais recente: as taxas de mortalidade infantil calculadas pelo Ministério da Saúde no âmbito da Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSa, publicadas no site <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2009/c01b.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

Dimensão Longevidade

Regiões Administrativas do Estado de São Paulo 2006-2008



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Apesar de perderem posições no *ranking*, as RAs de Barretos, Franca e Central continuam classificadas em colocações intermediárias na escala de longevidade. O destaque negativo é a RA de Registro, que diminuiu um ponto no indicador de longevidade e perdeu duas posições, passando a ocupar, em 2008, o penúltimo lugar no *ranking* de longevidade no Estado. São José do Rio Preto manteve-se na primeira colocação nesse *ranking*, e a Região Metropolitana da Baixada Santista, apesar de aumentar dois pontos no indicador, permaneceu na última posição.

Escolaridade

No que diz respeito à dimensão escolaridade, o escore médio passou de 65 para 68, entre 2006 e 2008. Tal evolução pode ser mais bem apreendida pelo comportamento das variáveis componentes desta dimensão:

- a proporção de jovens de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo aumentou de 73,8% para 77,5%;

- a parcela das pessoas de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de estudo manteve-se em praticamente 100% no total do Estado;
- o percentual de jovens de 18 e 19 anos com ensino médio completo aumentou de 53,9% para 56,6%;
- a proporção de crianças de 5 e 6 anos que frequentam a pré-escola manteve-se em 82,0%.

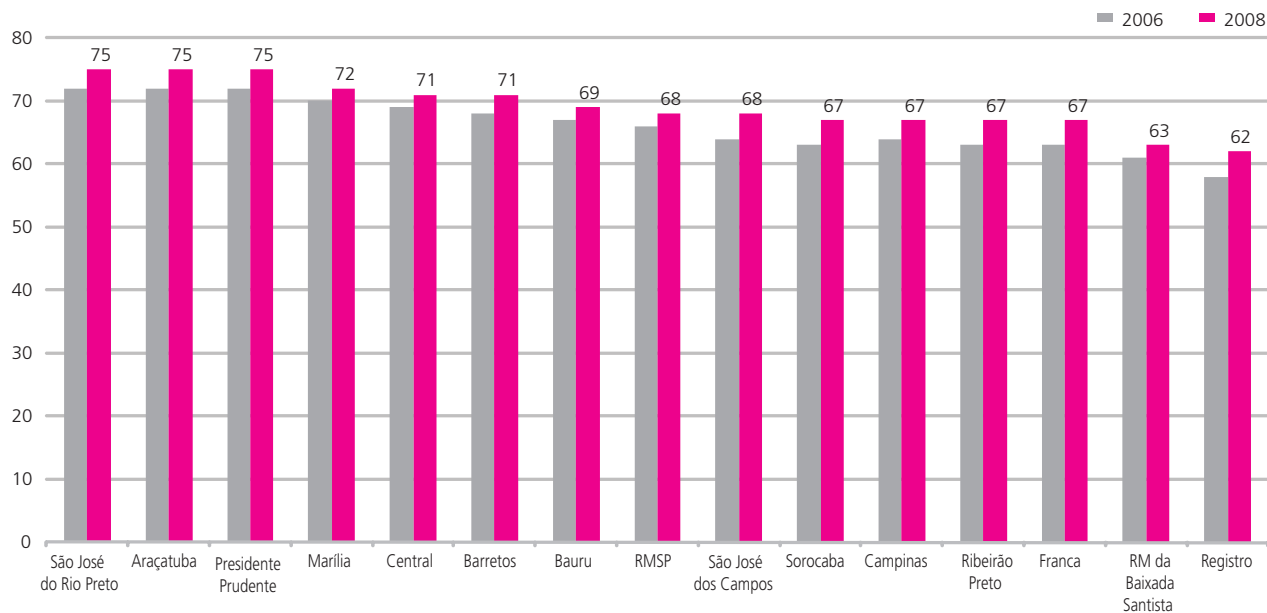
Esses resultados mostram os avanços contínuos do ensino básico no Estado, em especial os ensinamentos fundamental e médio. Sobressaem a educação infantil, particularmente a pré-escola, que já atinge 82% das crianças de 5 e 6 anos, e a conclusão do ensino fundamental entre os adolescentes de 15 a 17 anos, com cobertura de 77,5%.

Todas as regiões administrativas avançaram no indicador de escolaridade. As regiões com os maiores crescimentos foram Franca, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Registro.

No *ranking* de escolaridade, as RAs de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente situam-se nas três primeiras posições, e Registro ainda se mantém como a 15ª região do Estado nesse indicador.

Dimensão Escolaridade

Regiões Administrativas do Estado de São Paulo 2006-2008



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Os resultados desta edição do IPRS mostram consistente melhora nos três indicadores que compõem os grupos do IPRS. Em riqueza, destaca-se o bom desempenho dos componentes relacionados à atividade econômica; em longevi-

dade, a redução dos níveis de mortalidade infantil, perinatal e de jovens e adultos; e em escolaridade, o crescimento da cobertura dos ensinos fundamental e médio entre os jovens e adolescentes.

